



ÓRGÃOS SOCIAIS DA AEM TRIÉNIO 2017-2019



A Assembleia Geral da AEM elegeu, por unanimidade, os órgãos de governo da Associação para o Triénio 2017-2019.

O Engenheiro Carlos Gomes da Silva, Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da GALP, assumiu as funções de Presidente da Direcção da Associação.

O quadro completo dos membros dos órgãos sociais da AEM pode ser consultado na página 2 desta *newsletter*.

ARTIGO NO “JORNAL DE NEGÓCIOS”

A Directiva DMIF II deverá entrar em vigor em 3 de Janeiro de 2018. A legislação composta pela DMIF II, RMIF e respectivas medidas de implementação, passará a constituir o pilar fundamental do quadro jurídico sobre o mercado de valores mobiliários.

Em declarações ao Jornal de Negócios, Abel Sequeira Ferreira reflecte sobre alguns dos desafios que a nova regulação virá colocar.

A opinião pode ser lida na íntegra [aqui](#)

O artigo completo sobre a DMIF II pode ser lido [aqui](#)

**PERGUNTAS A
ABEL SEQUEIRA
FERREIRA**
Director Executivo da AEM



“Redução de ‘research’
pode conduzir à queda
da liquidez”

APP AEM - FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

SETEMBRO 2017

17,7%

Set2017

Set2016



No final de Setembro de 2017, o índice PSI-20 encerrou nos 5.409,58 pontos, mais 4,9% do que em Setembro, e mais 17,7% do que no período homólogo de 2016.

17,9%

Set2017

Set2016



No final de Setembro de 2017, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.043,1 milhões de euros, mais 101,7 milhões (5,2%) do que no mês anterior e mais 310,7 milhões (17,9%) do que em Setembro de 2016.

Na Euronext Lisbon, o volume de transacções situou-se em 1.960,6 milhões de euros, o que representa uma subida de 4,8% face ao mês anterior e de 15,9% em relação a 2016.



ÓRGÃOS DE GOVERNO DA AEM

TRIÉNIO 2017-2019

A Assembleia Geral da AEM elegeu, por unanimidade, os órgãos de governo para o triénio 2017-2019.

Neste contexto, merece destaque a eleição de Carlos Gomes da Silva como Presidente da Direcção (em representação da GALP), de Francisco Pinto Balsemão como Presidente do Conselho Geral (em representação da IMPRESA), de António Lobo Xavier como Presidente da Mesa da Assembleia Geral (em representação da SONAE SGPS), e de Duarte Calheiros como Presidente do Conselho Fiscal (em representação da SONAE COM).

Abel Sequeira Ferreira foi reeleito para um novo mandato como Director Executivo da Associação.

DIRECÇÃO

CARLOS GOMES DA SILVA
(GALP)
Presidente

ALEXANDRE LUCENA E VALE
(BPI)

ANDRÉ GORJÃO COSTA
(CTT)

HENRIQUE SOARES DOS SANTOS
(JERÓNIMO MARTINS)

LUÍS PALHA DA SILVA
(PHAROL)

MIGUEL VENTURA
(THE NAVIGATOR COMPANY)

ABEL SEQUEIRA FERREIRA
Director Executivo

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

ANTÓNIO LOBO XAVIER
(SONAE SGPS)
Presidente

ANA PINA CABRAL
(BCP)
Vice-Presidente

CONSELHO FISCAL

DUARTE CALHEIROS
(SONAE COM)
Presidente

JOÃO COSTA E SILVA
DELOITTE, SROC, SA

CONSELHO GERAL

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO
(IMPRESA)
Presidente

ÂNGELO PAUPÉRIO
(SONAE)

ANTÓNIO MEXIA
(EDP E EDP RENOVÁVEIS)

ARNALDO FIGUEIREDO
(MOTA ENGIL)

CRISTINA AMORIM
(CORTICEIRA AMORIM)

DANIEL PROENÇA DE CARVALHO
(CIMPOR)

DIOGO BASTOS REZENDE
(INAPA)

GONÇALO MORAIS SOARES
(REN)

ISABEL UCHA
(EURONEXT)

LAURENTINA MARTINS
(ALTRI)

JOSÉ FÉLIX MORGADO
(MONTEPIO)

JORGE BRITO PEREIRA
(NOS)

JOSÉ IGLÉSIAS SOARES
(BCP)

JOÃO CASTELLO BRANCO
(SEMAPA)

PEDRO MOREIRA
(MARTIFER)

ROSA CULLEL
(MEDIA CAPITAL)

VASCO DE MELLO
(BRISA)



CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA DOMÉSTICA em 29 de Setembro de 2017 (em milhões de euros)

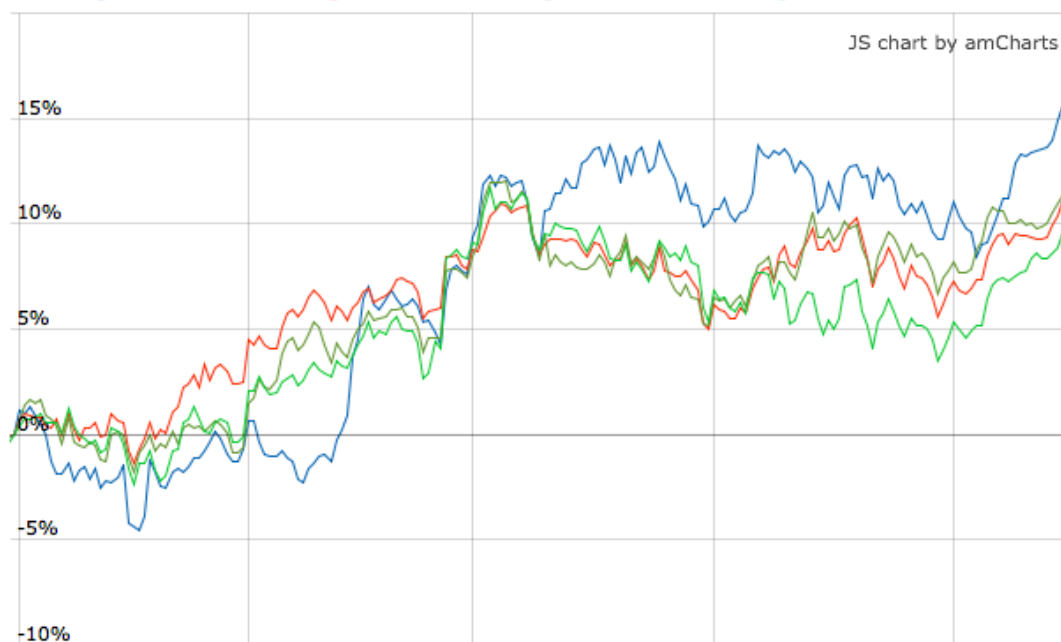
EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO
GALP	11 372	IBERSOL	384	SAG GEST	49
EDP	11 004	PHAROL	376	BENFICA	39
JERONIMO MARTINS	10 490	LUZ SAUDE	295	MARTIFER	37
EDP RENOVAVEIS	6 228	MEDIA CAPITAL	266	INAPA-PREF S/ VOTO	33
BCP	3 729	F.RAMADA	257	SPORTING	28
THE NAVIGATOR COMPANY	2 973	SONAE CAPITAL	211	GLINTT	22
NOS	2 794	VAA VISTA ALEGRE	161	INAPA- INV.P.GESTAO	21
SONAE	2 038	TEIXEIRA DUARTE	130	FCP	15
BANCO BPI	1 573	SONAE INDUSTRIA	116	SDC INV.	14
CORTICEIRA AMORIM	1 550	NOVABASE	112	OREY ANTUNES	8
REN	1 456	SUMOL+COMPAL	105	LISGRAFICA	3
SEMAPA	1 293	TOYOTA CAETANO	85	REDITUS	2
ALTRI	967	ESTORIL SOL N	66	IMOB.GRAO PARA	1
CTT	770	IMPRESA	59	COMPTA	0,08
MOTA-ENGIL	755	COFINA	57	SDC INV.-PREF.	0,006
SONAECON	711	ESTORIL SOL P	56		

No final de Setembro de 2017, a capitalização bolsista das acções domésticas totalizava **62.710** milhões de euros.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)

From: to: Zoom: 1d 5d 1m 3m 6m 1y 5y YTD MAX

Price ● PSI20 15.61% ● AEX 11.15% ● BEL20 11.41% ● CAC40 9.61%



No final de Setembro de 2017, o índice PSI-20 encerrou nos **5.409,58** pontos.

O índice registou, portanto, uma subida de 17,7% em relação ao período homólogo de 2016.

O quadro da esquerda permite observar a evolução recente do Índice PSI-20, em comparação com os restantes índices do universo Euronext.

(Fonte: Euronext)



IPOs NA EUROPA EM 2017 (e comparação com 2014, 2015 e 2016)

Stock Exchange	Stock exchange offering value (€m)										Number of IPOs			
	2014 *	2015 total	Q1 2016	Q2 2016	Q3 2016	2016 total	Q1 2017	Q2 2017	Q3 2017	2017 total	2014 total	2015 total	2016 total	2017 total
London Stock Exchange	19,394	16,370	2,327	1,180	311	3,818	2,118	2,223	2,672	7,013	137	92	48	71
Euronext	10,495	11,228	3	2,986	406	3,395	80	2,437	5	2,522	41	46	19	15
Euronext Amsterdam	5,479	6,113	-	2,280	328	2,608	-	575	-	575	6	8	-	3
Euronext Paris	4,250	4,720	3	683	78	764	80	1,258	5	1,343	32	32	-	10
Euronext Brussels	636	395	-	23	-	23	-	604	-	604	2	6	-	2
Euronext Lisbon	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
BME (Spanish Exchange)	4,514	7,794	5	1,300	8	1,311	1,459	1,563	-	3,022	13	24	20	18
Deutsche Börse	3,565	6,795	288	17	72	377	235	1,049	204	1,488	17	23	3	8
NASDAQ OMX	4,524	5,905	811	3,436	2,196	6,443	406	1,578	532	2,516	62	90	47	65
OMX Stockholm	2,929	5,216	317	869	83	1,269	376	1,365	-	1,741	53	72	35	55
OMX Helsinki	135	409	17	232	-	249	30	198	425	653	7	11	6	6
OMX Copenhagen	1,460	168	477	2,301	2,113	4,891	-	12	-	12	2	2	3	2
OMX Iceland	-	112	-	20	-	20	-	-	-	-	-	3	1	1
OMX Tallinn	-	-	-	14	-	14	-	-	-	-	-	1	1	-
OMX Vilnius	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	1	1
Borsa Italiana	2,593	5,265	28	437	775	1,240	139	390	885	1,414	26	27	7	18
SIX Swiss Exchange	1,155	2,039	-	633	-	633	-	1,544	2,280	3,824	6	3	3	2
Oslo Børs & Oslo Axess	1,572	1,078	-	90	12	102	7	821	29	857	17	8	4	6
Warsaw	313	440	19	92	4	115	1	542	1,227	1,770	35	33	13	16
Irish Stock Exchange	483	394	-	-	-	-	-	2,986	270	3,256	3	2	-	2
Borsa Istanbul	253	42	11	92	-	103	13	265	-	278	13	6	2	3
Zagreb Stock Exchange	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Sofia	-	6	-	-	-	31	-	-	-	-	-	1	2	-
Bucharest Stock Exchange	444	-	-	-	-	51	-	192	-	192	1	5	2	2
Wiener Börse	194	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-
Athens Stock Exchange	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Prague Stock Exchange	14	-	-	656	-	656	-	-	-	-	1	1	1	-
Budapest	3	-	-	-	-	9	-	-	73	73	1	-	-	1
Total	49,551	57,392	3,490	10,919	3,832	18,241	4,458	15,590	8,177	28,225	376	364	52	230

*(valores em Mil Milhões de Euros) SD - Sem Dados

Cfr. Quadro adaptado dos originais publicados pela PWC nas suas análise IPO Watch de 2014, 2015, 2016 e 2017, disponíveis [aqui](#), e Q3 2017 [aqui](#)

O quadro *supra* permite comparar a evolução dos movimentos (em número e valor) de ofertas públicas iniciais, em várias Bolsas europeias, ao longo de 2014, 2015, 2016 e 2017 (excepto 2017 Q4).

A observação realizada permite confirmar que, ao contrário do que por vezes se afirma, o mercado europeu de IPOs manteve o seu funcionamento regular no período em análise, o que comprova que o caso português apresenta dificuldades próprias que devem merecer soluções específicas e desenhadas à medida das necessidades da economia e das empresas portuguesas.



RELATÓRIO GLOBAL DE COMPETITIVIDADE 2017–2018 - PORTUGAL

Em 2017, Portugal ocupa a posição 42.º no ranking mundial da competitividade apurado pelo The Global Competitiveness Report do World Economic Forum.

O resultado, ainda que mais positivo do que em anos anteriores, é prejudicado pela má classificação no que respeita ao desenvolvimento dos mercados financeiros no nosso país (116.º entre 137 países).

De facto, nesta matéria, o Relatório traça um diagnóstico bastante severo: a má qualificação atribuída resulta das classificações nos vários parâmetros que compõem o pilar dos mercados financeiros, com destaque para as barreiras ao financiamento através do mercado de capitais (94.º lugar), má qualidade da regulação (113.º) e peso excessivo da regulação (104.º).

Estes dados confirmam os alertas que a AEM, desde há muito, tem vindo a realizar, e dão renovada justificação às muitas propostas apresentadas pela Associação nestes temas.

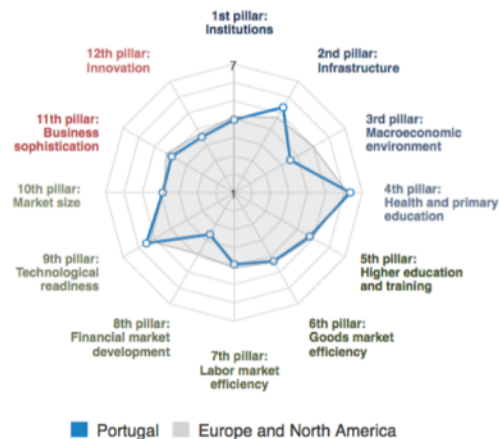


Relatório completo, disponível [aqui](#).



Performance overview

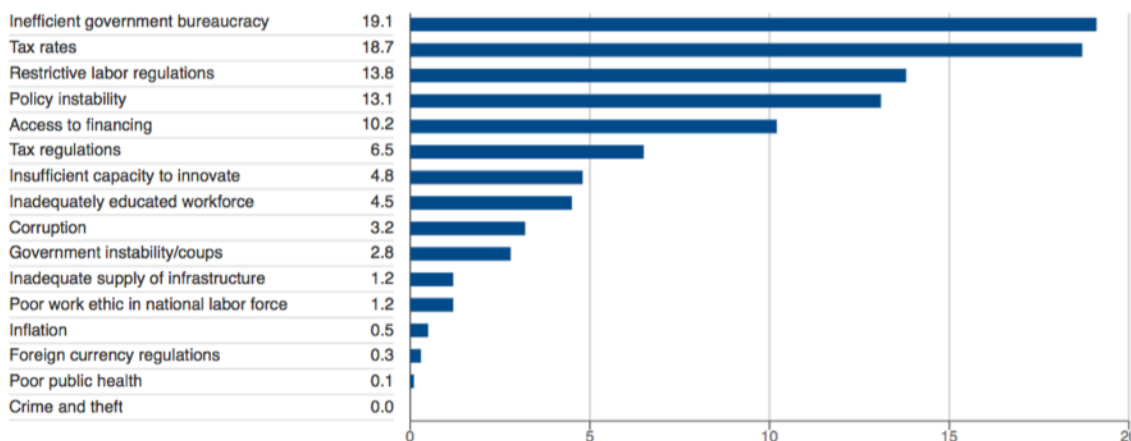
Index Component	Rank/137	Score (1-7)	Trend	Distance from best	Edition	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	2016-17	2017-18
Global Competitiveness Index	42	4.6			Rank	49 / 144	51 / 148	36 / 144	38 / 140	46 / 138	42 / 137
Subindex A: Basic requirements	39	5.1			Score	4.4	4.4	4.5	4.5	4.5	4.6
1st pillar: Institutions	43	4.4									
2nd pillar: Infrastructure	18	5.6									
3rd pillar: Macroeconomic environment	105	4.0									
4th pillar: Health and primary education	18	6.4									
Subindex B: Efficiency enhancers	39	4.6									
5th pillar: Higher education and training	34	5.1									
6th pillar: Goods market efficiency	34	4.7									
7th pillar: Labor market efficiency	55	4.4									
8th pillar: Financial market development	116	3.3									
9th pillar: Technological readiness	26	5.7									
10th pillar: Market size	54	4.3									
Subindex C: Innovation and sophistication factors	36	4.2									
11th pillar: Business sophistication	43	4.4									
12th pillar: Innovation	32	4.0									



Os dados respeitantes à situação portuguesa podem ser confirmados, principalmente, nas páginas 254 e 255 do Relatório, as quais incluem os quadros apresentados em cima e à direita.

Most problematic factors for doing business

Source: World Economic Forum, Executive Opinion Survey 2017





RELATÓRIO ANUAL DA CMVM ALGUNS DADOS RELATIVOS A 2016



	Taxa de Rentabilidade 2016
PSI Geral	-3,4 %
PSI20 TR (total return)	-9,1 %
PSI20	-11,9 %
Obrigações do Tesouro	3,2 %
Certificados de Aforro	0,7 %
Índice de Preços no Consumidor	0,9 %

Quadro adaptado do original publicado na pág. 89 do Relatório Anual da CMVM - 2016

Fontes: Euronext Lisbon, IGCP, Banco de Portugal e INE; cálculos CMVM

No que respeita às sociedades cotadas na Euronext Lisbon, o ano de 2016 caracterizou-se por um aumento dos lucros de 24,3% face ao período homólogo, aumento que foi superior nas empresas não financeiras (26,4%). Trinta e três empresas contabilizaram resultados líquidos positivos, mais três do que no ano anterior.

O aumento dos lucros das empresas cotadas consubstanciou-se numa melhoria da rentabilidade dos capitais próprios, mais expressiva nas empresas que integram o índice PSI20 e entre as não financeiras.

Importa igualmente notar que no caso das maiores empresas não financeiras nacionais admitidas à negociação na Euronext Lisbon se verificou uma forte redução do financiamento através de dívida, com o aumento do financiamento mediante capital próprio e outros, dando corpo ao processo de desalavancagem em curso nestas empresas, tendo o endividamento diminuído de 109,6%, no final de 2015, para 105,5% do PIB.

Fontes de Financiamento						
Escalões de pessoal ao serviço	Auto Financiamento	Crédito Bancário	Acções e Obrigações	Empréstimos do Estado	Fundos da UE	Outros
1.º (≤49)	52,1	33,8	0,3	0,4	2,2	11,1
2.º (50-249)	48,4	33,5	5,3	0,3	7,2	5,3
3.º (250-499)	64,4	12,4	0,0	0,8	2,3	20,2
4.º (≥500)	83,3	8,2	1,5	0,4	0,5	6,1
Total	66,2	19,9	1,7	0,4	2,4	9,3

Quadro adaptado do original publicado na pág. 102 do Relatório Anual da CMVM - 2016

Fonte: Inquérito à Conjuntura do Investimento (INE)

Segundo o Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Investimento, o autofinanciamento e o crédito bancário continuam a ser as duas principais fontes de financiamento do tecido empresarial português.

O mercado primário de capitais continua a ter um peso reduzido no financiamento mas, nas intenções de financiamento empresarial, as emissões de obrigações e de acções aumentaram para o valor mais elevado dos últimos doze anos (permanecendo embora o seu peso efectivo muito reduzido).

Concomitantemente, aumentou o número de empresários que consideram que o mercado de capitais constitui um factor limitador do investimento, não cumprindo a sua função de fonte de financiamento e alternativa aos tradicionais motores de expansão e do crescimento empresarial.

Curiosamente, parecem ser as médias empresas quem mais admite poder vir a recorrer ao mercado de capitais como fonte de financiamento, perspectiva que poderá estar associada aos resultados do Programa Capitalizar, bem como à antecipação do possível acolhimento, por parte da entidade gestora de mercado, de algumas das principais propostas da AEM.



CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA EM FUNÇÃO DO PIB NACIONAL E OUTROS INDICADORES DE MERCADO

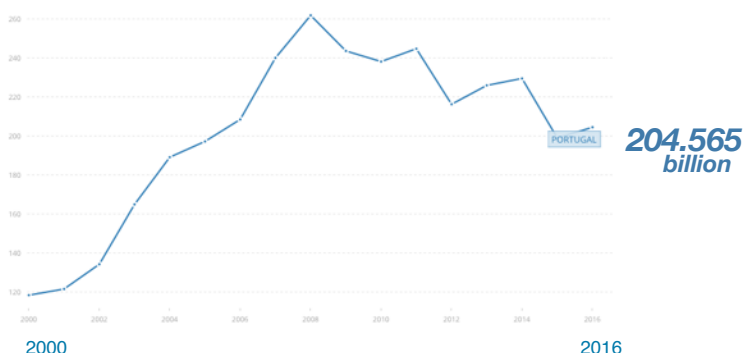
A capitalização bolsista dos instrumentos financeiros admitidos à negociação no mercado a contado, em Portugal, está representada quase exclusivamente por dois segmentos distintos, as acções e as obrigações (de dívida pública e privada).

Em 2016, o valor do segmento accionista nacional representado pelo grupo de entidades que compõem o principal indicador do mercado (PSI20) reduziu-se ligeiramente (-2,2%), mas os três primeiros trimestres de 2017 mostraram sinais de recuperação.

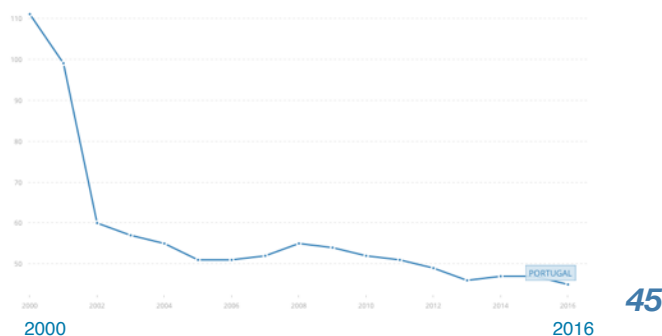
Nos quadros seguintes é possível analisar a evolução do PIB, do número de empresas cotadas, da capitalização bolsista doméstica e da capitalização bolsista em função do PIB, em Portugal, entre 2000 e 2016.

GDP - Portugal - 2000-2016 - Dólares

Billion

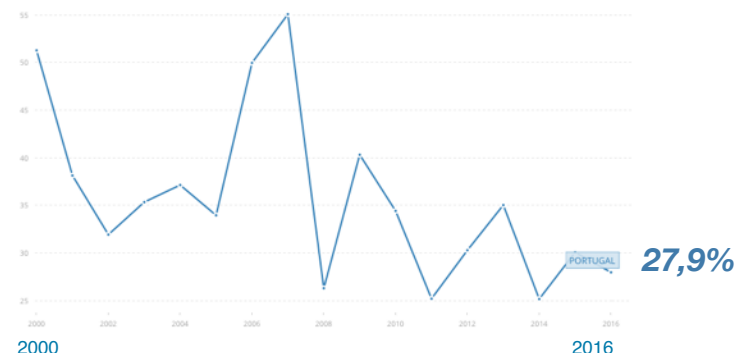


Listed Companies - Portugal - 2000-2016



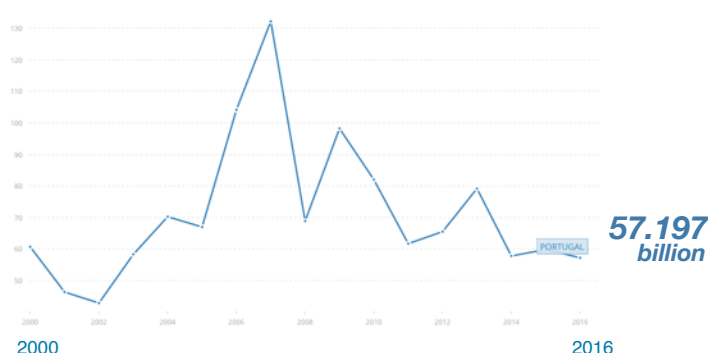
Market Cap vs PIB - Portugal - 2000-2016

Percent.



Market Cap - Portugal - 2000-2016 - Dólares

Billion



Os dados apresentados, à semelhança dos mencionados nas páginas anteriores bem como em diversos outros indicadores relativos à evolução recente do mercado, comprovam a necessidade, oportunidade e urgência do lançamento de uma Agenda para o Mercado de Capitais, com uma forte componente de sensibilização das empresas para a capitalização e financiamento através do mercado, nos termos que têm vindo a ser propostos pela AEM, em especial na sua “Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais” (disponível [aqui](#)).



PRINCIPAIS POSIÇÕES DA AEM EM 2017

Resposta à Consulta Pública do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública sobre o Relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma da Supervisão Financeira

Posição de Outubro de 2017 - [aqui](#)

Documento em Consulta Pública - [aqui](#)

Resposta ao Processo de Consulta Pública n.º 4/2017, da CMVM - Projecto de Regulamento n.º --/2017, relativo a Taxas da CMVM

Posição de Setembro de 2017 - [aqui](#)

Projecto de Regulamento - [aqui](#)

Resposta ao Processo de Consulta Pública n.º 3/2017, da CMVM - Regulamento que visa definir os conteúdos mínimos a dominar pelos colaboradores de intermediários financeiros que prestam serviços de consultoria para investimento ou dão informações a investidores sobre produtos financeiros e serviços de investimento, principais ou auxiliares

Posição de Julho de 2017 - [aqui](#)

Projecto de Regulamento - [aqui](#)

Resposta ao Processo de Consulta Pública n.º 2/2017, da CMVM - Deveres de Informação

Posição de Julho de 2017 - [aqui](#)

Projecto de Regulamento - [aqui](#)

Resposta ao Processo de Consulta Pública n.º 1/2017, da CMVM - Anteprojecto de Regulamento da CMVM relativo a Supervisão de Auditoria

Posição de Março de 2017 - [aqui](#)

Projecto de Regulamento - [aqui](#)

LEGISLAÇÃO NACIONAL PRINCIPAIS DIPLOMAS RECENTE

Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de Setembro

Estabelece o regime de conversão dos valores mobiliários ao portador em valores mobiliários nominativos.

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Agosto

Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos.

Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto

Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efectivo.

Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto

Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Lei n.º 62/2017, de 1 de Agosto

Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização.

Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de Junho

Altera a certificação por via electrónica de micro, pequena e média empresa.

Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de Junho

Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

Decreto-Lei n.º 77/2017, de 30 de Junho

Cria medidas de dinamização do mercado de capitais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2017, de 8 de Junho

Programa Capitalizar.

Lei n.º 28/2017, de 30 de Maio

Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários.

Lei n.º 15/2017, de 3 de Maio

Proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários.



REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES RECENTES DA CMVM



[Relatório Anual sobre a Actividade da CMVM e sobre os Mercados de Valores Mobiliários 2016](#)

PUBLICAÇÕES RECENTES DO BANCO DE PORTUGAL



[Relatório do Conselho de Administração Actividade e Contas 2016](#)

Relatório Anual de Supervisão da Actividade de Análise Financeira - [aqui](#)

Relatório Anual de Actividade de Capital de Risco - [aqui](#)

Relatório de Actividades do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros - [aqui](#)

Sinopse de Atividades de Supervisão Comportamental - [aqui](#)

Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho - [aqui](#)

Relatório de Estabilidade Financeira - [aqui](#)

A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica mensalmente o **REGULATORY UPDATE**, imediatamente disponível para as empresas suas associadas.

O **REGULATORY UPDATE** é publicado com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas.

O **REGULATORY UPDATE** contém informação sobre as iniciativas portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange as publicações do mês imediatamente anterior ao da respectiva circulação.



MAI2017



JUN2017



JUL2017



SET2017



OUT2017



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018 REMUNERAÇÃO CONVENCIONAL DO CAPITAL SOCIAL, E DEDUÇÃO POR LUCROS RETIDOS E REINVESTIDOS

Apesar de bastante tímida no que respeita aos temas do incentivo ao investimento, do estímulo da actividade empresarial e do desenvolvimento do mercado de capitais, a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018 contém, ainda assim, alguns elementos positivos.

No que respeita ao regime da remuneração convencional do capital social (RCCS), depois de um período inicial de vigência em que se mostrara pouco eficaz, mercê do seu carácter demasiado restritivo, o RCCS foi revisto e alargado no Orçamento de Estado de 2017, tendo aumentado a taxa da dedução a aplicar no apuramento do lucro tributável, que subiu de 5% para 7%.

Ou seja, passou a poder ser deduzido, para efeitos de determinação do lucro tributável, um valor correspondente à remuneração convencional do capital social, calculado à taxa de 7% sobre o montante das entradas, em dinheiro ou espécie (nos casos admitidos), no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento do respectivo capital social; e além disso, e principalmente, o Orçamento de Estado de 2017 procedeu ao alargamento do universo das empresas beneficiárias.

O benefício deixou de estar limitado apenas a PMEs e passou a abranger todos os investidores, independentemente da respectiva qualidade, e todas as empresas, independentemente da respectiva dimensão, podendo as entradas ser efectuadas também em espécie, por conversão de suprimentos ou empréstimos de sócios que tivessem sido prestados à sociedade em dinheiro.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2018 pretende estender o regime aos aumentos de capital por conversão de direitos de crédito de terceiros em participações sociais.

A alteração e reforço do regime de RCCS permitirá aumentar o benefício fiscal das empresas e alargar o leque de potenciais beneficiários.

A Proposta de Orçamento também pretende ampliar o âmbito de aplicação do benefício relativo à dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR).

Nos termos da Proposta, os contribuintes abrangidos, passam a poder deduzir à colecta do IRC até 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de 3 anos a partir do final do exercício a que respeitam e no montante máximo de 7 500 000 euros por cada exercício e beneficiário.

Os limites anteriores eram, respectivamente, 2 anos e 5 000 000 euros.

No que respeita às micro e pequenas empresas, a dedução em causa poderá ser efectuada até ao limite de 50% da colecta do IRC, o que configura um aumento para o dobro do tecto máximo admitido.

À semelhança do que se passa em relação ao alargamento do regime da remuneração convencional do capital social, também a alteração em matéria de dedução por lucros retidos e reinvestidos vai ao encontro das propostas que a AEM vinha apresentando desde 2013, em especial no âmbito dos trabalhos da Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas depois reflectidos no Programa Capitalizar.

Trata-se de medidas positivas, que contribuem para uma maior aproximação entre o tratamento fiscal do financiamento com recurso a empréstimos e o financiamento através de reforços de capital, e que permitem ajudar a mitigar o problema da dependência excessiva das empresas portuguesas dos mecanismos de financiamento assentes no endividamento.

A Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018 está disponível [aqui](#)

As Grandes Opções do Plano para 2018 estão disponíveis [aqui](#)

Leia [aqui](#) o Parecer do Conselho de Finanças Públicas sobre as Previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento

Leia [aqui](#) o Parecer Técnico da UTAO sobre a Proposta de Lei



REGULAÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE PROSPECTOS

No dia 30 de Junho foi publicado o novo Regulamento dos Prospectos (Regulamento (UE) 2017/1129 do Parlamento e do Conselho), o qual entrou em vigor no dia 20 de Julho de 2017, revogando, de forma gradual e faseada, a actual Directiva dos Prospectos (Directiva 2003/71/EC), e substituindo igualmente diversas normas do Código dos Valores Mobiliários sobre esta matéria.

Disposições aplicáveis a partir de 20 de Julho de 2017:

- a admissão de valores mobiliários (incluindo acções) à negociação não está sujeita à obrigação de publicação de prospecto se não atingir o limite de 20% de valores mobiliários da mesma categoria já admitidos à negociação no mesmo mercado regulamentado, ao longo de um período de 12 meses
- não se prevê o dever de publicar prospecto no caso de admissão de acções à negociação, resultantes da conversão, troca ou exercício de direitos que representem, ao longo de um período de 12 meses, menos de 20% do número de acções da mesma categoria já admitidas à negociação no mesmo mercado regulamentado (salvo as excepções previstas no Regulamento)
- não se prevê o dever de publicar prospecto no que respeita aos valores mobiliários resultantes da conversão ou troca de outros valores mobiliários, fundos próprios ou passivos elegíveis por exigência de uma autoridade de resolução no exercício de poderes de resolução

Disposições aplicáveis a partir de 21 de Julho de 2018:

- o limite para isenção da aplicação das regras do Regulamento a ofertas ao público passará a ser de 1 000 000 EUR (em substituição da actual exclusão relativa a valores mobiliários incluídos numa oferta com valor total na União Europeia inferior a 5 000 000 EUR num período de 12 meses)
- o Estado português poderá isentar da obrigação de publicar prospecto as ofertas de valores mobiliários ao público, nas condições previstas no Regulamento

Disposições aplicáveis a partir de 21 de Julho de 2019:

- todos os restantes preceitos do Regulamento (relativos a matérias que incluem, designadamente, os prospectos, o documento de registo universal, o regime simplificado de divulgação de informações das emissões secundárias, o prospecto UE Crescimento e certos aspectos quanto aos factores de risco a incluir em prospectos)

EUROPEAN ISSUERS PRINCIPAIS POSIÇÕES

POSITION ON THE
COMMISSION'S EMIR REFIT
PROPOSALS - Outubro - [aqui](#)

POSITION ON PROSPECTUS
LEVEL II - Setembro
- Format and Content- [aqui](#)
- EU Growth Prospectus - [aqui](#)
- Scrutiny and Approval - [aqui](#)

JOINT LETTER ON EMIR REFIT
PROPOSALS - Setembro - [aqui](#)

JOINT NON-FINANCIAL
CORPORATES LETTER ON EMIR
REPORTING RTSS- Julho - [aqui](#)

COMMENTS ON SUPPLY CHAIN
EP REPORT - Julho - [aqui](#)

JOINT PROPOSALS ON THE
PROSPECTUS REGULATION
LEVEL II MEASURES - Julho - [aqui](#)

RESPONSE TO EC
CONSULTATION ON CONFLICT OF
LAW RULES - Julho - [aqui](#)

INTERPRETATION ISSUES RE
MAR - Junho - [aqui](#)

JOINT LETTER ON PUBLIC
COUNTRY BY COUNTRY
REPORTING - Maio - [aqui](#)

RESPONSE TO EC
CONSULTATION ON THE
OPERATIONS OF ESAs - Maio -
[aqui](#)

POSITION PROSPECTUS
REGULATION LEVEL II - Abril - [aqui](#)

POSITION PAPER ON EMIR
REVIEW - Abril - [aqui](#)

POSITION ON CMU MID TERM
CONSULTATION - Março - [aqui](#)

VIEWS ON THE GOVERNANCE,
ACCOUNTABILITY AND FUNDINGS
OF THE ESAs REVIEW - Fevereiro -
[aqui](#)

PROPOSALS ON THE LEVEL II
DISCLOSURE REQUIREMENTS
FOR PROSPECTUS - Janeiro- [aqui](#)

POSITION ON PUBLIC CBCR -
Janeiro - [aqui](#)



ECONOMIA PORTUGUESA DOCUMENTOS EM DESTAQUE



[FMI - Portugal : Selected Issues](#)



[FMI - 2017 Staff Report; and
Statement by the Executive Director
for Portugal](#)



[Comissão Europeia - Post-
Programme Surveillance Report -
Portugal, Summer 2017](#)



[OCDE - Government at a Glance
2017 Portugal Fact Sheet](#)



[OCDE - Economic Forecast Summary
Portugal Economic Outlook
June 2017](#)



[OCDE - Data - Portugal](#)

[OCDE - Portugal - Country
Statistical Profiles: Key tables - 2017](#)



[OCDE - Portugal 2017 - Economic
Survey Aumentar o Crescimento e o
bem estar](#)



[BdP - Projeções para a
Economia Portuguesa em 2017](#)



30.^a EDIÇÃO IRGAWARDS DELOITTE

Sob o tema “The Golden Circle”, realizou-se a Gala de entrega dos Prémios da 30.^a edição do Investor Relations & Governance Awards (IRG Awards) organizado pela Deloitte Portugal, e que destacou o que de melhor aconteceu no mercado financeiro e empresarial português no ano de 2016.

**VEJA A INFORMAÇÃO COMPLETA SOBRE OS IRG AWARDS,
INCLUINDO OS MELHORES MOMENTOS DA GALA DE ENTREGA DE
PRÉMIOS
[AQUI](#)**



Assim, no quadro dos vencedores da 30.^a edição do Investor Relations & Governance Awards merecem destaque os seguintes prémios atribuídos a empresas associadas da AEM:

O prémio **Melhor CEO em Investor Relations**, que distingue quem obteve um desempenho de excelência ao longo do ano de 2016, marcado pela visão estratégica em Investor Relations, foi atribuído a **Nuno Amado**, do **Banco Comercial Português**.

Nuno Alves, da **EDP – Energias de Portugal**, recebeu o prémio para o **Melhor CFO em Investor Relations**, o qual reconhece quem demonstrou o melhor desempenho e contribuiu para a qualidade da informação financeira em 2016.

Cláudia Falcão, da **Jerónimo Martins, SGPS, S.A.**, foi eleita a **Melhor Investor Relations Officer**, destacando o seu desempenho de excelência nas relações com o mercado em 2016.

O prémio **Melhor Relatório & Contas do Sector Financeiro**, foi entregue ao **Banco Português de Investimento** e ao **Banco Comercial Português**, *ex aequo*, reconhecendo a excelência destas organizações, do sector financeiro, na qualidade da informação prestada ao mercado

O prémio **Melhor Relatório & Contas do Sector Não Financeiro**, foi atribuído à **EDP Renováveis**, pela excelência na qualidade da informação prestada ao mercado no sector não financeiro.

30.^a edição IRG Awards

The Golden Circle

Destacamos o rigor que ilumina o caminho. Promovemos a transparência e distinguimos a excelência.





ENCONTROS AEM



**Poderes de supervisão e sancionatórios
na proposta de regime sancionatório do abuso de mercado**

Realizou-se mais uma sessão dos Encontros AEM, desta feita sobre o novo Regime Sancionatório do Direito dos Valores Mobiliários.

Esta sessão foi organizada em parceria com a sociedade de advogados Vieira de Almeida, e contou com a participação de José Pedro Fazenda Martins, Sócio da área de Mercado de Capitais, e da Dra. Sofia Ribeiro Branco, Sócia da área de Penal e Contraordenações, Contencioso e Arbitragem.

SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR



Semana Mundial do Investidor
Saber mais. Agir melhor!
De 2 a 8 outubro

www.cmvm.pt

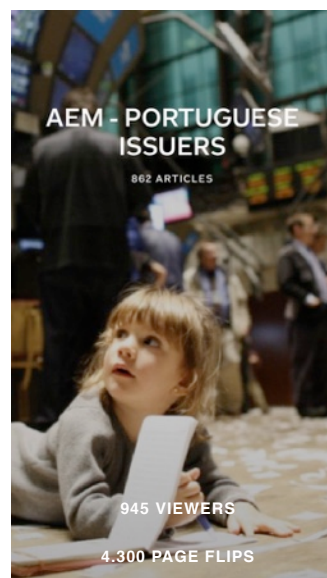
Parceiros:

A IOSCO, Organização Internacional das Comissões de Valores, da qual a CMVM é membro, organizou a Semana Mundial do Investidor no período de 2 a 8 de Outubro de 2017, com o objectivo de

promover, a nível mundial, a educação e protecção dos investidores.

Em Portugal, a CMVM, em conjunto com a AEM, a APAF, a APB, a APFIPP, a APS e a Euronext, desenvolveram um conjunto de iniciativas que pode ser visto [aqui](#).

No dia 4 de Outubro realizou-se uma Conferência sobre “O Programa Capitalizar no desenvolvimento do Mercado de Capitais” na qual o Director Executivo da AEM participou como orador.



SIGA A AEM NO FLIPBOARD



COOPERAÇÃO FDL / AEM

III CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO AVANÇADA EM DIREITO DAS SOCIEDADES - *CORPORATE FINANCE & CORPORATE GOVERNANCE*

No contexto do acordo de cooperação estabelecido entre a FDL – Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Centro de Investigação de Direito Privado, e a AEM, realiza-se o III Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades.

Este Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades é dirigido aos profissionais que necessitam de um nível avançado de conhecimentos das relações societárias internas e externas e, como o seu nome indica, combina competências jurídicas e financeiras, e junta e articula as duas grandes vertentes do direito das sociedades – *corporate finance* e *corporate governance*.



O Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades integra dois Cursos de Pós- Graduação, autónomos e que podem ser frequentados em separado:

- o IV Curso de Pós-Graduação em Corporate Finance, que decorre entre Outubro de 2017 e Fevereiro de 2018 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso);
- o III Curso de Pós-Graduação em Corporate Governance, que decorre entre Fevereiro e Junho de 2018 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso).

Nos termos da parceria entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a AEM, a qual tem em vista a cooperação e o desenvolvimento de iniciativas comuns, em especial na área da educação e formação jurídica para a comunidade do mercado de capitais, os interessados que no acto da inscrição se identificarem como colaboradores de empresa associada da AEM beneficiam de um desconto de 20% sobre o respectivo valor.

Todas as informações sobre o Curso podem ser obtidas, e realizadas as inscrições, através do telefone: 915 575 169 (todos os dias úteis, das 14h00 às 18h00), ou do endereço de e-mail: ciddp@fd.ulisboa.pt

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



**TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM
NA SUA MÃO**



AEMUPDATE

Outubro 2017

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Dto.
1200-092 Lisboa
Tel.: + 351 21 820 49 70
geral@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Outubro de 2017

Na elaboração da presente newsletter não foi adoptado o novo Acordo Ortográfico.